



GRUPO TEMÁTICO: SOCIAL

SÍNTESE DA 2ª REUNIÃO – 18 DE ABRIL DE 2024

Comentários e sugestões apresentadas:

1. Segurança hídrica

Saneamento básico

Esgotamento sanitário

Abastecimento de água

captação e armazenamento de água

cisternas

açudes

poços de água de uso coletivo (subsídios para o funcionamento)

tratamento

Reúso de águas residuais

- Foi feita uma crítica ao dispositivo do PAE que prevê a instalação de hidrômetro, sendo que são necessárias medidas muito mais avançadas para gerar segurança hídrica.
- Relatou-se que, para a zona rural, os planos de saneamento e outras medidas já existentes sobre uso de água são insuficientes, pois problemas como o assoreamento de rios devido ao patrolamento de estradas sem critérios não são abordados.
- Necessidade de integrar ações do governo federal, estadual, municipal e ONGs, para assegurar efetividade.
- Necessidade de saneamento mínimo para as regiões Norte, Jequitinhonha e Mucuri, que são as mais deficitárias.
- Criação de poços de distribuição de água de uso coletivo nas regiões do semiárido e isenção ou tarifa diferenciada de energia elétrica para a distribuição de água desses poços.
- Importância da atuação de equipes multidisciplinares para trabalhar, nas comunidades rurais, a conscientização sobre uso da água e de tecnologias sociais, em parceria com prefeituras e universidades.

2. Segurança alimentar

Direito humano à alimentação adequada

- Criação de bancos de alimentos é essencial, mas a criação de bancos de alimentos em rede, reunindo municípios por regiões, garante que não ocorra desperdício.
- Relato de associação de agricultores familiares que não conseguem arar suas terras no tempo certo por falta de trator, pois o que os atende é da prefeitura, é utilizado por muitos produtores e está sempre quebrado.
- Necessidade de lei que obrigue municípios a distribuir cestas básicas para populações atingidas por grandes catástrofes climáticas.
- Necessidade de cessão de maquinários para estimular a produção agropecuária.
- A segurança alimentar passa também pelo respeito aos usos dos territórios de comunidades indígenas e outras comunidades tradicionais e aos seus saberes.

3. Agropecuária – Produção e comercialização de alimentos

Agricultura familiar e comunitária

Produção agroecológica

Combate ao uso de agrotóxico

Apoio à comercialização

Assistência técnica

Quintais produtivos (canteiros e árvores frutíferas)

- Sugeriu-se alterar o nome do item para “combate ao uso irregular de agrotóxico”, uma vez que existem hoje agrodefensivos menos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente e que, embora seja desejável a transição para bioinsumos, muitas vezes, os defensivos ainda são necessários.
- Sugeriu-se alterar para o referido item para “incentivo à agricultura sustentável e à utilização correta de agrotóxicos”.
- Necessário pensar em proteção para quem aplica os agrotóxicos.
- Foi esclarecido que a Emater preconiza o uso de métodos alternativos aos agroquímicos.
- Foi sugerido que o item “combate ao uso de agrotóxicos” seja levado para o eixo econômico-produtivo. Foi defendida a manutenção do referido item nesse eixo por se tratar de aspectos sociais. Decidiu-se pela manutenção no eixo “social” considerando a parte que se refere aos efeitos na saúde da população. Definiu-se que o item será renomeado como “Incentivo ao uso racional de agrotóxicos”.
- Implantação e ampliação de programas de Assistência Técnica e Gerencial – AteG.
- Foi manifestada a contrariedade da Faemg em relação ao item 5 do Plano de Desenvolvimento Sustentável, sobre zona livre de produtos transgênicos.
- Possibilidade de articulação entre municípios para a compra de alimentos de programas escolares e PAA.
- Importância de garantir a industrialização de produtos derivados de leite e carne por pequenos produtores para venda aos municípios.
- Incentivo à habilitação sanitária para comercialização de produtos derivados de leite, carne e mel.
- Os institutos federais podem colaborar na transição e capacitação em produção agroecológica.

4. Regularização fundiária

Povos e comunidades tradicionais

- Foi sugerido que a regularização fundiária seja ampla, não apenas para povos tradicionais.
- Sugeriu-se que toda a parte de regularização seja discutida de forma unificada, em um só grupo.
- Necessidade de olhar diferenciado para o Nordeste de Minas, pois não há pesquisa no território, logo não há um estudo e diagnóstico preciso.
- Necessidade de preservação dos territórios indígenas.

5. Vigilância em saúde

Controle da arboviroses

Covid e outras doenças com riscos de epidemia

- Necessidade de fluxo de controle de dados referente ao número de casos mais assertivo.
- Necessidade de fluxo de identificação de situação de altas temperaturas e dados de atendimento médico ou hospitalização por desidratação.

6. Estrutura urbana

Habitação segura

- Os municípios do semiárido têm deficiência de corpo técnico concursado com conhecimento sobre planejamento urbano.
- Foi apresentada uma dúvida sobre ação da Sedese em relação a melhorias habitacionais e o alcance dessa ação a moradores rurais.

7. Assistência social

- É preciso pensar em medidas voltadas às mulheres que convivem com a seca, pois elas enfrentam um grande desafio ficando sozinhas nessas regiões, uma vez que homens e jovens precisam sair em busca de oportunidade de emprego em outras regiões.
- Também é importante pensar em algum tipo de fomento para pessoas em situação de extrema pobreza.

8. Trabalho e renda

- No semiárido, a falta de acesso à água expulsa os trabalhadores rurais. É preciso que se tenha uma política de estado para incentivar a construção de cisternas para dar ao pequeno agricultor a possibilidade de permanência no campo.
- Incentivo ao desenvolvimento de atividades não agrícolas no campo.
- Respeito ao modo de vida das comunidades rurais.

Premissas:

Atenção às especificidades das comunidades tradicionais.

Atenção especial à seca no semiárido.

- Definiu-se que será incluída a premissa “Atenção às necessidades e demandas específicas de mulheres e jovens”.
- Em relação à premissa de atenção às especificidades das comunidades tradicionais, a Faemg demonstrou contrariedade em relação a itens do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais que abordam os seguintes assuntos: licenciamento, unidade de conservação, regularização de terras de comunidades tradicionais e redução do conflito ambiental.

Próxima reunião do grupo temático:

2 de maio, quinta-feira, 9 horas